



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

Direitos sociais, segmento LGBTQIA+ e governos Lulas: uma análise crítica

Adrianyce A. Silva de Sousa¹

Luiza da Motta Souza²

Resumo: A partir da abordagem materialista histórica analisamos como a pauta democrática presente na estratégia democrático-popular, que comparece nos governos Lula impacta no atendimento aos direitos sociais voltados para o segmento LGBTQIA+. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental que analisou os Programas, Planos e Projetos do governo no período (2002-2010). No mandato atual (2023-2026) analisa-se os Planos, Programas e ações até o presente. Um dos achados da pesquisa refere-se ao fato de que há um esvaziamento político, uma vez que nos governos Lula a estratégia democrático-popular se realiza por meio de uma democracia de cooptação cujas consequências são de grande impacto nas formas de enfrentamento do proletariado frente à luta de classes, e de pautas como a do segmento LGBTQIA+.

Palavras-chave: estratégia democrático-popular; governos Lula; direitos sociais; LGBTQIA+.

Social rights, the LGBTQIA+ segment, and the LULA governments: a critical analysis

Abstract: From the perspective of historical materialism, we analyze how the democratic agenda present in the democratic-popular strategy, which is reflected in the Lula governments, impacts the fulfillment of social rights aimed at the LGBTQIA+ segment. This is a bibliographic and documentary study that analyzed the Government's Programs, Plans, and Projects during the period 2002–2010. In the current term (2023–2026), the analysis focuses on Plans, Programs, and actions up to the present. One of the research findings concerns the existence of a political hollowing-out, insofar as, under the Lula governments, the democratic-popular strategy is carried out through a democracy of co-optation, whose consequences greatly impact the forms of struggle adopted by the proletariat in the context of class struggle, as well as agendas such as those concerning the LGBTQIA+ segment.

Keywords: democratic-popular strategy; Lula governments; social rights; LGBTQIA+.

¹ Professora Doutora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Núcleo Interinstitucional de estudos e pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS. Bolsista Produtividade em Pesquisa nível 02 CNPQ. Email: adrianyce@gmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ no projeto: “Estratégia democrático-popular e os Governos Lula: uma análise comparativa dos governos (2002-2010) e (2023-2026) para o atendimento aos direitos sociais voltados ao segmento LGBTQIA+”. Pesquisadora do Núcleo Interinstitucional de estudos e pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS. E-mail: luiza.motta37@gmail.com

1. Introdução

As reflexões contidas no presente artigo, fazem parte de uma pesquisa, em andamento desde 2021, com o objetivo de analisar a estratégia democrático-popular e sua realização nos Governos do Partido dos trabalhadores, especificamente, os dois primeiros mandatos dos governos Lula (2003-2010) comparando ao mandato atual (2023-2026). Buscamos a partir desta relação entender os possíveis avanços para a pauta LGBTQI+ nestes governos.

A pesquisa, balizada pelo método materialista histórico-dialético, realizou-se a partir de levantamento bibliográfico-documental. O levantamento documental analisou os seguintes documentos dos primeiros governos Lula (2003-2010): Programas de Governo 2002; Programa de Governo 2007; Brasil sem homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual (2004); Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT (2009); Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3 (2009). Neste artigo, destacamos elementos centrais a nossa argumentação dos referidos documentos. Em relação ao atual mandato (2023-2026) efetivou-se um monitoramento das ações e políticas e programas, apontadas pelo governo para o segmento LGBTQI+ e, mesmo sendo ações que ainda estão em processamento na dinâmica da realidade social consideramos que são relevantes e expressivos dos caminhos do atual mandato.

2. Estratégia democrático popular nos Governos Lula: retomando fundamentos

A ditadura instaurada em abril de 1964 inaugura um novo ciclo político na dominação burguesa no Brasil, perdurou por cerca de 20 anos, esgotando-se na entrada dos anos de 1980, sendo obrigada pela pressão dos movimentos democráticos a pactuar a sua substituição por um regime político formalmente democrático.

Do ponto de vista da reação à ditadura, a reinserção da classe operária na disputa política, capitaneadas pelos trabalhadores do setor metalúrgico na segunda metade dos anos de 1970, opera uma viragem no processo político. Passam a operar, por assim dizer, na consciência de classe, novas tarefas práticas em seu antagonismo com a classe dominante. E, é nesse quadro e sob a influência contraditória dessas configurações que se cria o Partido dos Trabalhadores/PT, como o partido para o qual passam a

convergir parte dessas demandas que foram aglutinadas num amplo e complexo campo posteriormente instituído como a estratégia democrático-popular: luta pelas liberdades democráticas, pela ampliação dos canais de participação na sociedade civil e pelas realizações sociais que até então a burguesia nacional não tinha efetivado.

Segundo Marques (2015), por "Estratégia Democrático-Popular" vamos compreender o principal debate tático-estratégico construído pela classe trabalhadora após o fim do ciclo autocrático-burguês – entre as décadas de 1970 e 1980 – e que segue confiante entre parte significativa dos movimentos sociais brasileiros até os dias de hoje. O sentido da alternativa Democrático-Popular se daria justamente na perspectiva de construção de uma estratégia "democrática, popular e anti-imperialista" hegemônica pelos trabalhadores, através de duas ações concomitantes: a atuação de massas no âmbito das ruas e a ocupação de cargos da administração pública no âmbito do Estado.

Assim, neste processo, como parte dessa “nova esquerda” e da estratégia democrático-popular, uma ênfase democrática irá assumir centralidade no PT e nos governos petistas.

A eleição de Lula 2002, explicitou essa transição programática quando ao invés de manter a crítica e resistência à orientação macroeconômica do período que lhe precede, efetivou-se um outro receituário: superar a vulnerabilidade externa através do aumento e melhora na qualidade das exportações e a substituição competitiva das importações, ambas voltadas a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar; recuperar a capacidade de investimento público e da redistribuição de renda. Em síntese, o governo Lula, lançava as bases para um novo contrato social via o compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social.

Neste contexto, como bem expresso por Mansur (2021), a estratégia democrático-popular é realizada, mas também metamorfoseada, e, a democracia tomada como historicamente intimidada para seu desenvolvimento, tornando necessário “superar a inviável hegemonia política existente no Brasil, a partir da incorporação de milhares aos frutos do desenvolvimento” (MANSUR, 2021, p. 60).

Para aquela metamorfose, dois elementos ganham significativa relevância: a expansão do consumo interno para os setores da base da pirâmide social via o acesso ao crédito; e a resignificação do sentido de "justiça social" a partir de um forte viés mercantil (vide o exemplo da expansão do ensino superior através de fortes vínculos

privados com o PROUNI e o FIES ou da política habitacional do "Minha casa minha vida"), além da adoção de medidas focalizadas e compensatórias no combate à extrema pobreza, concebidas como políticas de "redistribuição de renda".

No que se refere a Política Social temos acordo com Behring (2018) quando esta destaca que mesmo com a diminuição da relação dívida/PIB, acompanhado de relativa queda temporária das taxas de juros, os gastos com a dívida continuaram sendo objeto prioritário ao orçamento público. Nesta lógica, o que se desenvolveu foi o contrário da universalidade, equidade e integralidade no acesso às políticas sociais. Mas, a sua focalização com forte seletividade e baixo custo, ao mesmo tempo em que se constituíram processos privatizantes (de forma direta e indireta) sobre a base objetiva dos direitos sociais fundamentais, como visto na área da educação, da saúde e da assistência social.

A interpretação desse cenário nos remete aos fundamentos da formação social brasileira, mais precisamente o reforço das relações de dependência sustentadas por uma "democracia de cooptação" que emerge como possibilidade de integração esterilizante das pressões dos "de baixo", permitindo a articulação política "entre os mais iguais" em nova forma; e promove, ao mesmo tempo, o consentimento das classes e pressupõe interesses-valores variados em conflito na cena política e, que no nosso entendimento, foi edificada numa democracia participativa cuja gênese se encontra na Estratégia Democrático- Popular, encampada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (MARQUES, 2015).

3. Governos Lula e a pauta LGBTQIA+: de 2002 a atualidade

Face as problematizações brevemente elencadas anteriormente, cabe-nos refletir, a particularidade das respostas expressas nos governos Lula, em seus dois primeiros mandatos (2003-2010) e no mandato atual em andamento (2023-2026), para o segmento LGBTQI+. Consideramos que fundamentos para essa discussão foram elaborados por Santos (2005), quando esta autora, analisando o que ela nomeia de “esquerda democrática”, demonstra como é por meio da pauta dos Direitos Humanos que a especificidade das lutas e demandas do movimento LGBTQI+ se coloca como questão para a reflexão e organização política da “esquerda democrática”. Precisamente, corroboramos, o perigo identificado pela autora, na forma como aquela incorporação se

realizou.

Ainda segundo Santos (2005), no cerne desta incorporação da pauta dos direitos humanos pela esquerda, enraizou-se a concepção de que o importante era perseguir o possível. Sendo este possível, identificado como um conjunto de condições que, supostamente, poderiam ser efetivadas de imediato, sem necessidade de transformações societárias de caráter mais amplo. “Tratava-se de exercer controle sob o desenvolvimento do capital com o objetivo de reconhecer direitos os mais elementares para a efetivação do Estado de direito e evitar índices elevados de injustiça social” (SANTOS, 2005, p.136).

Dessa forma, consideramos que estas problemáticas ídeo-políticas, decorrentes no nosso entendimento da compreensão presente na estratégia democrático-popular e metamorfoseada nos Governos Lula, para usar a expressão de Mansur (2021), são possíveis de serem visualizadas em alguns documentos regulatórios e iniciativas de abrangência nacional em torno dos direitos e ações voltadas ao segmento LGBTQI+, nos governos Lula (2003-2010) (2023-2026).

No que se refere aos Programas de Governo. O Programa de Governo 2003-2006 (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2002), de Lula não fazia qualquer alusão a direitos de pessoas LGBTQI+. Fato paradoxal, se considerar a reivindicação do próprio Partido dos Trabalhadores de ter construído um histórico de incorporação das questões em torno o segmento LGBTQI+ desde 1992, como sendo “o primeiro partido do Brasil a institucionalizar um núcleo voltado para debater os desafios e organizar a militância para elaborar e defender políticas públicas para a população LGBT” (PT, 2020, p.s/n).

Efetivamente a diversificação das discussões em torno da sexualidade se construirá, como processo, - e, na nossa avaliação irregular, - do primeiro mandato, evidenciando a expansão da pauta dos direitos humanos para os direitos do segmento LGBTQI+ prioritariamente na área da saúde e da assistência social, tendo como núcleo irradiador, por assim dizer, a preparação e publicação do “Programa Brasil Sem Homofobia” (PBSH) (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004). Desta forma, em termos de Programa de Governo somente no segundo mandato (2007-2010), explicitamente aparecerá uma ação voltada ao segmento LGBTQI+ e já referida ao PBSH: “Desenvolver e aprofundar as ações de combate à discriminação e promoção da cidadania GLBT (...), nos marcos do programa

‘Brasil sem Homofobia’, que será ampliado e fortalecido (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2007, p. 32).

A pesquisa de Pereira (2017), corrobora este “hiato”, tendo como foco ações exclusivamente destinadas a pessoas LGBTQI+, o autor evidencia que nos Governos Lula há uma descontinuidade e até mesmo ausência de ações; segundo, no primeiro mandato (2003-2006) há uma concentração em ações organizativas, em torno de seminários e encontros. Para nossa análise esse dado é importante, considerando que um dos eixos da estratégia democrático-popular referenciada pelo PT e expressa, a nosso ver, nos governos Lula, refere-se a ações de democracia participativa, conforme tratamos anteriormente. Esta tendência, segundo a tabela, se mantém no segundo mandato (2007-2010) na manutenção de seminários e encontros, incrementados com espaços formais de participação, leia-se conselhos.

No que se refere ao mandato atual (2023-2026). Já da apresentação geral do novo governo, nas “Diretrizes para o Programa de Reconstrução e transformação do Brasil”, constituída por 121 diretrizes, 03 fazem referência ao segmento LGBTQI+. A diretriz 09 apresentada segue uma linha de continuidade com os primeiros governos Lula apontando de maneira ampla “o compromisso com os Direitos Humanos, a cultura e o reconhecimento da diversidade” (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2022, p. 05). A generalidade da diretriz ao mesmo tempo apresenta a concepção uma vez que explicita que o compromisso está voltado a proteger as pessoas, “estamos comprometidos com a dignidade humana de todos os brasileiros e as brasileiras e com a defesa da população historicamente privada de direitos no Brasil” (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2022, p.05).

Na Diretriz 41 faz-se uma referência mais direta ao entendimento do governo sobre o segmento LGBTI+

Não haverá democracia plena no Brasil enquanto brasileiras e brasileiros continuarem a serem agredidos, moral e fisicamente, ou até mesmo mortos por conta de sua orientação sexual. Propomos políticas que garantam os direitos, o combate à discriminação e o respeito à cidadania LGBTQI+ em suas diferentes formas de manifestação e expressão (...) (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2022, p. 14).

Como destaca Tavares, ao analisar os conteúdos das publicações do Partido dos Trabalhadores para as eleições em 2022, a autora verifica que os textos não revelam tal aprofundamento e avanço em relação ao tema. Segundo ela o PT sustenta que é na

“consolidação da cidadania e da democracia que a liberdade de orientação sexual e de identidade de gênero será efetivada”. No entanto, a autora destaca que a luz de análises críticas a partir da categoria marxista da totalidade, verifica-se que falta nas análises petista é a compreensão que “a plena liberdade da população LGBTI+ só é possível fora do capitalismo e da democracia burguesa” (TAVARES, 2023, p. 112). No nosso entendimento esta compreensão se expressa nas “Diretrizes para o Programa de Reconstrução e transformação do Brasil”, como destacamos anteriormente.

Desta forma, a maior referência dentro dos governos Lula foi, até o presente momento, O “Programa Brasil sem Homofobia” (PBSH) que na nossa análise dentro dos mandatos é um eixo irradiador da compreensão do governo em relação ao segmento, e, como, a nosso ver, se expressa também nas diretrizes do atual mandato (2023-2026). O PBSH foi lançado em novembro de 2004, a partir de previsão, no “Plano Plurianual (PPA)” - (2004-2007), da ação ‘Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais’, vinculada ao ‘Programa Direitos Humanos, Direito de Todos’, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República (SDH/PR), definida como responsável por sua articulação, implantação e avaliação.

O documento indicava 60 ações distribuídas em onze áreas, envolvendo oito Secretarias e Ministérios, voltadas para fortalecimento de instituições públicas e não governamentais. Conforme expresso no PBSH seu objetivo era, “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas” (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p. 11).

A citação acima evidencia porque consideramos o PBSH o núcleo irradiador das ações do Governo Lula para o segmento LGBTQI+, pois nele, a nosso ver, se expressa a concepção democrático-popular que, metamorfoseada nos governos Lula, passa a efetivar para o segmento LGBTQI+, o reconhecimento dos direitos. Estes passam a ser um elemento que ganha relevância, precisamente junto àqueles que se envolviam no enfrentamento das opressões particulares. Nestes termos “os grupos específicos, mesmo sem direitos, passam a reproduzir, ideologicamente, a noção de que são sujeitos que “têm direitos a ter direitos”, quando na verdade, são sujeitos que expressam cotidianamente o não acesso ao direito e à justiça” (Santos, 2005, p.138 – grifos da autora).

Conforme o PBSH, a ênfase da compreensão é em torno dos “direitos” considerados a partir da referência aos direitos humanos para fortalecer a “cidadania” tendo como uma das estratégias o apoio a “projetos”. Tendo destaque na articulação da política de promoção dos direitos de homossexuais a participação por meios institucionais, vinculados aos conselhos.

Esta compreensão, está nitidamente expressa, também no “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT” de 2009, quando este documento postula que o “maior acesso e participação social nos espaços de poder é um instrumento essencial para democratizar o Estado e a sociedade. Dessa forma, é uma estratégia de longo alcance, no sentido de democratização do Estado (...)” (BRASIL, 2009b, p. 12).

Identificamos a continuidade desta compreensão no mandato atual (2023-2026). Em 28 de junho de 2023, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto em alusão ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+, o Governo Lula anunciou um conjunto de ações voltadas ao segmento, a exemplo de: Agora 3T – Tecnologia para pessoas Trans e Travestis, *edital* de investimento social destinado às comunidades trans e travestis, com o objetivo de garantir a inclusão digital e tecnológica, viabilizando melhores oportunidades em diversos campos sociais; Selo dos Correios “Orgulho LGBTQIA+”; Cartilha de Enfrentamento a violência contra mulheres LBTs a cartilha tem como objetivo orientar as mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis sobre o que fazer em caso de violência; *edital* voltado para financiamento de projetos de promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ elaborados por organizações da sociedade civil.

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania as ações desenvolvidas voltam-se a atender o Plano Plurianual de 2024-2027 que segundo a página do Ministério “pela primeira vez na história, o Governo Federal previu, no PPA 2024-2027, ação específica para enfrentar a desigualdade de oportunidades no acesso e garantia de direitos para pessoas LGBTQI+” (MDHC, 2024).

Ao analisar o PPA 2024-2027 verificam-se que no que se refere as prioridades do governo há uma manutenção atualizada da agenda dos primeiros mandatos: combate à fome e redução das desigualdades; saúde atenção básica e especializada; educação básica; neoindustrialização, trabalho, emprego e renda; novo programa de aceleração do crescimento PAC; combate ao desmatamento e

enfrentamento da emergência climática. Nas agendas transversais elencam-se: crianças e adolescentes; mulheres; igualdade racial; povos indígenas e ambiental. Destacamos então que em seus eixos transversais o segmento LGBTQI+ não comparece.

No que se refere ao segmento LGBTQI+ no PPA aparece associado ao eixo 1) Desenvolvimento social e garantia de direitos, indicando como desafio “Igualdade, respeito à diversidade, acessibilidade e garantia de direitos”. A partir dessas compreensões o PPA indica como objetivo geral “Promover acesso a direitos humanos e à cidadania plena para pessoas LGBTQI+.” e, como objetivos específicos “promover empregabilidade, educação e geração de renda para a população LGBTQI+ em situação de vulnerabilidade social; constituir rede de proteção, promoção e defesa para as pessoas LGBTQI+.”

Cotejando estes objetivos anteriormente destacados, com a alocação de recursos orçamentários do PPA 2024-2027, verifica-se que os objetivos voltados ao segmento LGBTQI+ estão nos 5% referente a “demais alocações” considerando que os 61% se referem apenas à Previdência Social.

Nestes termos, estes elementos fortalecem a argumentação que construímos até aqui e nos indicam duas questões sobre as quais a reflexão crítica se faz necessária. Uma primeira, que se refere a articulação que, nos governos Lula, vai expressar a estratégia democrático-popular, na efetivação das reformas que a burguesia não realizou, e, que para o segmento LGBTQI+ essas “reformas” são fundamentadas a partir de uma concepção de Direitos Humanos na qual, os “Direitos Humanos constituem condição para a prevalência da dignidade humana, e que devem ser promovidos e protegidos por meio de esforço conjunto do Estado e da sociedade civil” (BRASIL, 2009a, p. 22).

Uma segunda, diretamente associada a primeira, e, que aprofunda, ao nosso ver a democracia de cooptação sobre o segmento LGBTQI+, quando a especificidade das suas lutas, - que expressam opressões concretas, - não é generalizada para a compreensão da necessidade da emancipação humana, sendo diluídas numa visão acrítica de sociedade civil que se articula-se harmonicamente a um Estado também desprovido de luta de classes. Isto bem expressivo, a nosso ver, nos diversos editais voltados para o segmento.

Em ambos os casos, se para a classe trabalhadora em geral, os governos Lula significaram o apaziguamento da luta de classe face a resignação na esfera do cidadão consumidor, quer nos pareceres, que estas determinações para o segmento LGBTQI+ particularizam-se ainda mais num resignar-se apenas ao “direito a ter direitos” como analisou Santos (2005) restringindo, no nosso entendimento, a questão ao formalismo e a participação democrática, esvaziado pela institucionalidade, via conselhos, ou pela legalidade, face ao direito positivo. Estes elementos se expressam na concentração de ações voltadas a conferências, conselhos e promoção de editais. Estas não garantem ampliação de acesso, uma vez que apresentam problemáticas como: curto espaço de tempo para que as organizações interessadas escrevessem os projetos e enviassem ao MEC; a identificação de contrapartida beneficiam aquelas organizações/instituições que possuem uma estrutura organizacional já consolidada; ausência de critérios de distribuição geográfica, ou ausência de definição de critérios para o atendimento da população nos locais onde os índices de violência homofóbicos eram mais elevados.

Quando se avalia em números brutos a Lei Orçamentária Anual - LOA de 2024, sancionada em 22 de janeiro de 2024, pelo presidente Lula, obviamente registra-se um “orçamento recorde” para a pauta LGBTQI+: com a destinação de R\$ 27.223.794 para a promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQI+, verba administrada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania obviamente este montante salta aos olhos ainda mais se comparado com a Lei Orçamentária Anual 2023, formulada no último ano do mandato de Jair Bolsonaro, que destinava apenas R\$ 325.841 para apoiar ações de prevenção e enfrentamento à violência LGBTfóbica.

Consideramos que, ainda que tenhamos resultados “positivos” e, ainda que não desconsideremos que nestes governos efetivamente existem em quantidade significativa ações que vão ao encontro das pautas do segmento LGBTQI+, ainda nos perguntamos acerca do real impacto objetivo na vida cotidiana do segmento e ao mesmo tempo, do ponto de vista da construção de uma consciência política que coloque a questão da diversidade humana em suas expressões na sexualidade e diversas formas, como um processo só passível de se vivenciar plenamente numa sociedade emancipada das relações de opressão e exploração vivenciadas no capitalismo.

4. Considerações Finais

O exposto nos permite evidenciar como a estratégia democrático-popular, metamorfoseada nos governos Lula, acaba por efetivar um esvaziamento crítico da pauta LGBTQI+ como parte de um processo mais amplo de apaziguamento da luta de classes. Nossa argumentação aponta que é urgente analisar, o sentido ídeo-político que atravessa as ações desenvolvidas nos Governos Lula, pois como bem sintetizado por Santos (2005) “trata-se da direção social da luta que assume um projeto de conciliação de classes numa condição defensiva; conquista da democracia e da cidadania como objetivo e horizonte de suas lutas e o crescente distanciamento ideológico de um projeto societário anticapitalista (SANTOS, 2005, p.22).

Estes elementos ganham particular relevo quando Lula se reelege em seu terceiro mandato (2023-2026) após os processos que se desenvolveram no Brasil, - desde o golpe de 2016 as eleições de 2018 que colocam Jair Bolsonaro na presidência -, atravessados por uma marcante retórica, que entre outros traços, tem forte recurso moralizante em torno das sexualidades e comportamentos. Reatualiza-se, pois, em outro patamar a questão e, no nosso entendimento atualiza-se a necessidade da análise do real significado da estratégia democrático-popular, de como ela se expressou nos governos do Partido dos Trabalhadores e como incidiu e incide nas ações para o segmento LGBTQI+.

Referências

BEHRING, Elaine R.. **Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente**. In: BOSCHETTI, Ivanete.; BEHRING, Elaine R.; LIMA, Rita de L. de (orgs.). **Marxismo e política social e direitos**. São Paulo, Cortez. 2018.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - Brasília: SEDH/PR. 2009a Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdf/pndh3_programa_nacional_direitos_humanos_3.pdf Acesso em: 13/05/2026.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT**, Brasília, SEDH. 2009b. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1006/1/planolgbt.pdf> Acesso em: 13/05/2026.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde. 2004. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf Acesso em: 20/07/2023.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Diretrizes para o Programa de Reconstrução e transformação do Brasil 2023-2026**. 2022. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2022/06/documento-diretrizes-programaticas-vamos-juntos-pelo-brasil-20.06.22.pdf> Acesso: 14/11/2025.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Programa de Governo 2002. Um Brasil para todos**. 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2007/04/14-programagoverno.pdf> Acesso em: 14/11/2025.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Programa de Governo 2007**. Lula Presidente. 2007. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/Programa_de_governo_2007-2010.pdf. Acesso: 05/07/2023.

MANSUR, Izabel **Corda Bamba: o lulismo como metamorfose e realização da estratégia democrático-popular**. Marília: Lutas Anticapital.2021.

MARQUES, Morena G. **Em busca da Revolução Brasileira: uma análise crítica da estratégia Democrático-Popular**. Santa Catarina: Prismas.2015.

MDHC. **LGBTQIA+ Cidadania. 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt/campanhas-lgbtqia/lgbtqia-cidadania>. Acesso em: 14/11/2025.

PEREIRA, Matheus M.. **Movimento LGBT e políticas públicas nos Governos Federais do Partido dos Trabalhadores (2003-2014): trajetórias e características**. Estudos de Sociologia, vol. 2 n. 23, Recife: Programa de Pós-graduação em Sociologia, (p.195-238), 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/237059> Acesso: 14/11/2025.

PT. **O PT foi o primeiro partido do Brasil a institucionalizar a luta LGBT internamente**. 23/06/2020. Disponível em: <https://pt.org.br/diversidade-o-pt-foi-o-primeiro-partido-do-brasil-a-institucionalizar-a-luta-lgbt-internamente/> Acesso em: 14/11/2025.

SANTOS, Silvana M. de M. dos. **O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual**. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2005. 334fs.

TAVARES, Patrícia C. da C. **Estratégias Políticas e Diversidade Sexual: análise crítica dos projetos democrático-popular e socialista**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, 137f. 2023.

TOLEDO, Caio N. de. **A modernidade democrática da esquerda: Adeus a revolução?** Crítica Marxista, nº 01 São Paulo: Brasiliense, (p. 27-38).1994.